



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**ANA LUIZA MELO CAMILO**  
**RHIQUELY CARLA SANTOS DA SILVA**

**INFANTILIZAÇÃO NAS AULAS DE EJA: UM PROBLEMA A SUPERAR**

**Maceió - AL**

**2025**



**ANA LUIZA MELO CAMILO**  
**RHIQUELY CARLA SANTOS DA SILVA**

## **INFANTILIZAÇÃO NAS AULAS DE EJA: UM PROBLEMA A SUPERAR**

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Felix da Silva

**Maceió – AL**

**2025**

**ANA LUIZA MELO CAMILO  
RHIQUELY CARLA SANTOS DA  
SILVA**

**INFANTILIZAÇÃO NAS AULAS DE EJA: UM PROBLEMA A SUPERAR**

Artigo científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

**Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 27/11/2025.**

**Orientadora:** Profa. Dra. Jeane Felix da Silva

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **JEANE FELIX DA SILVA**  
Data: 09/12/2025 13:57:51-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Profa. Dra. Jeane Felix da Silva - Orientadora  
Examinadora 1 - Presidente**

Documento assinado digitalmente  
 **MARTHA VANESSA LIMA DO NASCIMENTO CARDOSO**  
Data: 02/12/2025 15:11:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Profa. Dra. Martha Vanessa Lima do Nascimento Cardoso  
(Cedu/Ufal) Examinadora 2**

Documento assinado digitalmente  
 **ERICA RENATA VILELA DE MORAIS**  
Data: 02/12/2025 15:42:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Profa. Dra. Érica Renata Vilela de Moraes (Cedu/Ufal)  
Examinadora 3**

**Maceió - AL  
2025**

## INFANTILIZAÇÃO NAS AULAS DE EJA: UM PROBLEMA A SUPERAR

Ana Luiza Melo Camilo  
[luizamelo7@outlook.com](mailto:luizamelo7@outlook.com)

Riquelly Carla Santos da Silva  
[riquelly.k4@gmail.com](mailto:riquelly.k4@gmail.com)

Profa. Dra. Jeane Felix da Silva  
[jeane.silva@cedu.ufal.br](mailto:jeane.silva@cedu.ufal.br)

**RESUMO:** A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocupa, desde sempre, uma posição secundária dentro das políticas educacionais brasileiras, sendo tratada mais como uma obrigação do que como um direito pleno. Criada para reparar a exclusão de milhares de brasileiro(s) do ensino formal, essa modalidade é mais do que mera escolarização, é promoção de dignidade para as pessoas que não acessaram a escola ou não concluíram os estudos quando eram crianças ou adolescentes. Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter bibliográfico. A coleta de dados foi realizada a partir de um mapeamento feito no *Portal Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no Google Acadêmico. A busca resultou em 32 registros, dos quais foram lidos os títulos e resumos, desses escolhemos 2, que tinham como foco a temática da infantilização da EJA para aprofundar nesta pesquisa. Os resultados indicam que a infantilização das aulas na Educação de Jovens e Adultos é um reflexo de como a educação historicamente tem tratado essa modalidade. Os trabalhos analisados apontam que a EJA tem sido tratada como se fosse uma adaptação do ensino oferecido para as crianças, sem considerar a especificidade do público da EJA. A reprodução de materiais didáticos com imagens e atividades infantis, a formação de professores(as) que não é adequada, práticas pedagógicas descontextualizadas são alguns dos pontos que os textos analisados destacam. Consideramos que é preciso que a EJA tenha: materiais didáticos próprios; ampliar a temática da EJA na formação docente, tanto inicial quanto continuada; valorização das experiências e dos conhecimentos cotidianos dos(as) alunos(as), integrando esses conhecimentos ao currículo. Acreditamos que esse tema deva ser ampliado e outros estudos sobre o tema precisam ser feitos. Esperamos que este trabalho contribua para ampliar o conhecimento sobre a área.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; EJA; Infantilização da EJA; Formação docente na EJA; Materiais didáticos para a EJA.

**ABSTRACT:** Youth and Adult Education (EJA) has always occupied a secondary position within Brazilian educational policies, being treated more as an obligation than as a full right. Created to redress the exclusion of thousands of Brazilians from formal schooling, this modality is more than mere schooling; it is the promotion of dignity for individuals who did not access school or did not complete their studies as children or adolescents. This study was developed through a qualitative research approach with a bibliographic character. Data collection was carried out based on a mapping conducted on the Scientific Electronic Library Online (SciELO) portal and Google Scholar. The search resulted in 32 records; after reading the titles and abstracts, two were chosen that focused on the theme of the "infantilization" of EJA for further in-depth analysis. The results indicate that the infantilization of classes in Youth and Adult Education is a reflection of how education has historically treated this modality. The analyzed works point out that EJA has been treated as if it were a mere adaptation of the teaching offered to children, without considering the specificities of the EJA public. The reproduction of teaching materials with childish images and activities, inadequate teacher training, and decontextualized pedagogical practices are some of the points highlighted in the analyzed texts. We consider it essential for EJA to have: its own dedicated teaching materials; an expansion of EJA themes in both initial and continuing teacher training; and the valuation of students' daily experiences and knowledge, integrating this knowledge into the curriculum. We believe that this topic should be expanded and that further studies are necessary. We hope this work contributes to broadening the knowledge in the field.

**Keywords:** Youth and Adult Education; EJA; Infantilization of EJA; Teacher training in EJA; Teaching materials for EJA.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) sempre ocupou uma posição secundária dentro das políticas educacionais brasileiras, sendo tratada mais como uma obrigação do que como um direito pleno dos sujeitos que dela necessitam (Haddad & Di Pierro, 2000). Criada para reparar a exclusão de milhares de brasileiros(as) do ensino formal, essa modalidade é mais do que mera escolarização, é promoção de dignidade para as pessoas que não acessaram a escola ou não concluíram os estudos quando eram crianças ou adolescentes.

No entanto, a realidade se mostra frequentemente o oposto disso: um cenário em que as aulas são moldadas a partir de uma lógica que não reconhece a experiência de vida dos(as) educandos(as), replicando estratégias pensadas para crianças, em um processo chamado de infantilização da EJA. Esse processo de infantilização das aulas na EJA é um sintoma evidente do descaso com que essa modalidade é historicamente tratada (Reus, 2017). Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Brasil, 1996), Art. 4º, inciso VII, a EJA é uma modalidade voltada à “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola”.

Todavia, a escola, que deveria ser um espaço de valorização dos saberes e trajetórias dos(as) alunos(as) da EJA, frequentemente os(as) reduz a sujeitos incapazes de lidar com conteúdos complexos. Como observa Arroyo (2017):

No pensamento escolar é mais frequente vê-los como carentes e prometer que, se dominarem a leitura, sairão da pobreza. [...] É menos exigente para um projeto radical de sua educação vê-los como carentes a suprir suas carências de habilidades escolares do que reconhecê-los trabalhadores e articular um projeto de educação com a radicalidade de suas experiências de trabalho (Arroyo, 2017, p. 45-46).

Os materiais didáticos e as práticas pedagógicas que predominam nesse contexto refletem a crença de que esses educandos(as) precisam ser ensinados da mesma maneira que as crianças, como se a maturidade que adquiriram ao longo da vida fosse irrelevante para o processo educativo (Di Pierro; Joia; Ribeiro, 2001 *apud* Reus, 2017). É como se houvesse uma única forma de ensinar e essa forma fosse baseada nos processos educativos destinados às crianças, como um modelo a ser seguido. Essa concepção transforma as salas de aula da EJA em espaços de frustração, nos quais os(as) alunos(as) se sentem desmotivados(as), já que os procedimentos utilizados estão pautados em uma lógica infantilizada, que quase não leva em consideração as histórias vividas pelos sujeitos jovens, adultos e idosos.

A infantilização pode ser observada de diversas formas: a falta de livros e demais recursos didáticos específicos, linguagem excessivamente simplificada, com o uso de termos

no diminutivo (por exemplo: palavrinha, tarefinha etc.), exercícios mecânicos de repetição e cópia, além de atividades que ignoram o contexto cultural e profissional dos(as) estudantes (Reus, 2017). A infantilização na EJA é, portanto, uma prática descontextualizada e pouco produtiva para promover a aprendizagem dos sujeitos da EJA. Para Freire (1987), a educação de jovens e adultos(as) precisa ser um espaço de construção de conhecimentos a partir da experiência dos(as) educandos(as). Assim, não deve ser uma simples adaptação do ensino ofertado às crianças.

Consideramos que a infantilização da EJA é reflexo de uma estrutura educacional que nunca priorizou verdadeiramente a escolarização das pessoas adultas e idosas, dedicando a elas, quando muito, programas e campanhas de alfabetização. Isso tem efeito nos planejamentos didáticos, nas formações continuadas e nas diversas atividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas. De modo geral, os planejamentos pedagógicos seguem um modelo que não reconhece a diversidade dos(as) educandos(as) da EJA, suas necessidades específicas e, sobretudo, suas potencialidades. Quando o planejamento não respeita essa realidade, as aulas se tornam não apenas desinteressantes, mas profundamente desrespeitosas, uma vez que não consideram os reais sujeitos de aprendizagem.

Contudo, percebemos que a infantilização presente na EJA não é responsabilidade apenas do(a) professor(a), mas de todo um sistema educacional que desconsidera a modalidade e os seus sujeitos. Essa falta de valorização fica evidente quando observamos a falta de materiais específicos para a EJA, a falta de formação específica para professores(as) que atuam na modalidade, a ambiência escolar que é estruturada e decorada considerando as crianças e adolescentes, entre outros aspectos.

Em relação à falta de materiais específicos, um importante exemplo é que a modalidade só passou a fazer parte do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) em 2009, e seus livros só começaram a ser distribuídos em 2011, segundo informações disponíveis na página oficial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Assim, observamos que a EJA demorou praticamente duas décadas para ser incluída no PNLD, considerando que o Programa, como conhecemos hoje, existe desde 1985. Nesse intervalo, houve a criação do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), em 2007, até que, em 2009, a EJA finalmente passou a fazer parte do PNLD<sup>1</sup>.

Durante todo esse período, as práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA utilizavam os mesmos materiais didáticos voltados para o ensino de crianças. A depender do(a)

---

<sup>1</sup> Disponível em:

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historic>. Acesso em 29/12/2025.

professor(a), o material era (ou não) adaptado para a EJA. Esses materiais, como já sabemos, desconsideravam as experiências de vida dos(as) educandos(as), uma vez que foram planejados e desenvolvidos para abordagens educativas com crianças e adolescentes. Esse é apenas um exemplo de como a EJA era, e continua a ser, uma modalidade marcada pela exclusão.

Nesse sentido, este trabalho busca responder à seguinte questão de pesquisa: de que maneira a infantilização da Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem sendo abordada na produção acadêmica brasileira? Essa pergunta se desdobra no seguinte objetivo geral: conhecer a produção acadêmica brasileira sobre a infantilização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), identificando as principais abordagens e tendências presentes nos estudos. E, também, nos seguintes objetivos específicos: mapear a produção acadêmica sobre a infantilização da EJA; e refletir sobre a existência e as formas da infantilização na EJA.

Metodologicamente, este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter bibliográfico. A pesquisa qualitativa, conforme Deslandes, Gomes e Minayo (2007, p. 20), “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, [sendo] impossível de ser traduzido em números e indicadores quantitativos”. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil, é aquela:

desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (...). A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (Gil, 2008, p. 50).

Dito isso, este artigo está estruturado em cinco seções, que são: esta introdução; a segunda parte, em que apresentamos o referencial teórico, no qual discutiremos as bases conceituais da EJA, suas características e o processo de infantilização; a terceira parte, no qual abordaremos a metodologia adotada, justificando a escolha da pesquisa bibliográfica e explicando os critérios de seleção das fontes utilizadas. Na quarta parte, apresentamos os resultados e discussões e, por fim, traremos as considerações finais.

## **2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil tem sido marcada por processos de exclusão e descaso, sendo constantemente relegada a uma posição secundária nas políticas educacionais. Embora formalmente reconhecida pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e regulamentada pelo Parecer CNE/CEB nº 11/2000, sua implementação tem sido marcada por contradições

que revelam o lugar secundarizado com que essa modalidade de ensino tem sido tratada ao longo dos anos. Assim, a oferta pública de oportunidades de alfabetização, elevação de escolaridade e formação para o trabalho tornou-se um dever do Estado, no Brasil, pela Constituição Federal (Brasil, 1988) e a LDBEN (Brasil, 1996), ao reconhecerem o direito público subjetivo dos(as) jovens, adultos e idosos(as) aos estudos.

Cabe destacar, conforme Di Pierro (2017, p. 11), que a EJA é delimitada não apenas por critérios de idade, mas pelas precárias condições socioeconômicas que favorecem “o analfabetismo, a baixa escolaridade e a insuficiente formação profissional”. Trata-se de uma modalidade de ensino voltada, sobretudo, às pessoas jovens, adultas e idosas oriundas das classes populares.

Apesar da classe social dos seus sujeitos, a EJA não nasceu como um projeto de educação emancipadora, mas como uma estratégia para remediar o analfabetismo e a exclusão escolar, frequentemente sem o devido compromisso com a qualidade pedagógica necessária (Di Pierro, 2017; Haddad; Di Pierro, 2015). Para Gadotti (2016), a educação de jovens e adultos deveria ser tratada dentro de uma perspectiva de aprendizado ao longo da vida, mas, no Brasil, continua a ser vista como uma medida emergencial, sempre relegada a segundo plano. Segundo Oliveira (2010), na oferta da EJA, parte-se da crença de que a educação ofertada para as classes populares pode ser inferior.

A EJA, no entanto, não pode ser uma mera extensão do ensino ofertado às crianças e adolescentes, também não pode ser oferecida como um atalho para a obtenção de diplomas. Precisa ser pensada como um espaço de produção de conhecimento significativo, em que os saberes dos(as) alunos(as) sejam respeitados e valorizados. Segundo Oliveira (2010), entre os principais problemas vivenciados pela EJA estão: conteúdos descontextualizados; linguagem inadequada; métodos de ensino inadequados e infantilizados, além da desconsideração das experiências e saberes dos(as) alunos(as).

Os(as) educandos(as) da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são, em sua maioria, oriundos de um sistema educacional e de uma estrutura social que os(as) excluiu. Para Arroyo, são “personagens pobres, trabalhadores empobrecidos das cidades ou dos campos, mulheres, negros/as”, são também “passageiros do fim do dia e do início da noite – não são aqueles que se deslocam nos carros para o trabalho, para as faculdades ou para as casas – homens, mulheres brancos/as, das classes médias, altas. São outros sujeitos e outros deslocamentos” (Arroyo, 2017, p. 22). Ou seja, são aquelas pessoas excluídas em uma sociedade capitalista, injusta e desigual.

As desigualdades sociais e educacionais no Brasil se manifestam nos números de pessoas não alfabetizadas. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD/Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –

IBGE, em 2023, indica que a taxa de analfabetismo no Brasil era de 6,1%, em 2019, e 5,6%, em 2022. Os dados da mesma pesquisa apontam que quase 10 milhões de pessoas com 15 anos ou mais não sabem ler nem escrever, sendo que mais da metade são idosos(as) e moram no Nordeste. Alagoas encontra-se, juntamente com Piauí e Paraíba, entre os estados com maior taxa de analfabetismo do país<sup>2</sup>.

Esses dados mostram como os problemas relativos às necessidades educacionais de pessoas jovens, adultas e idosas são desafios ainda muito distantes de ser superados. Indicam, ainda, para a necessidade de que a EJA seja desenvolvida levando em consideração os saberes que esses sujeitos possuem, criando condições para que estes(as) se engajem e aprendam. Para Figueiredo *et al.* (2025):

Valorizar o conhecimento que o aluno traz da vida é reconhecer sua trajetória, sua dignidade, e sua potência. Não se trata de romantizar as ausências do passado, mas de respeitar o presente e o que ele pode gerar de transformação. Acredita-se que uma educação de verdade é aquela que toca, que transforma começa pela escuta. E a escuta, na EJA, precisa vir antes da lousa, antes da apostila, antes de qualquer plano de aula. Porque sem escuta, não há vínculo. E sem vínculo, não há aprendizagem possível (Figueiredo *et al.*, 2025, p. 3).

Nesse sentido, não cabe infantilizar. Para pessoas adultas, é fundamental que a escola ofereça uma educação voltada para as suas vivências e saberes. Todavia, a infantilização das aulas na EJA infelizmente tem sido comum. Observamos isso, inclusive, em nossos Estágios no curso de Pedagogia que foram realizados no turno noturno e, nesse sentido, em turmas de EJA. Nesses Estágios observamos o que é visível em muitas salas de aula da EJA: a adaptação de metodologias e materiais planejados para serem usados com as crianças ao invés de planejamentos e materiais educativos voltados ao público da EJA. Para Alves (2022):

Os professores (maioria) que atuam na EJA estão acostumados a trabalhar com crianças, e com isso levam as mesmas práticas pedagógicas para o ensino de jovens e adultos. Deste modo, há um costume de reproduzir na EJA o que é realizado no ensino regular, sobretudo nas atividades de alfabetização. É um erro pensar que as mesmas práticas desenvolvidas com as crianças funcionarão com os jovens e adultos (Alves, 2022, p. 9).

Assim, preocupadas com essa temática, desenvolvemos este trabalho que problematiza a infantilização da EJA, compreendendo que as pessoas jovens, adultas e idosas devem receber educação adequada à modalidade. Essa concepção pauta-se, especialmente, no reconhecimento de que a EJA focaliza pessoas jovens, adultas e idosas cujo direito à educação foi violado na infância e na adolescência (Di Pierro, 2017).

---

<sup>2</sup> Dados disponíveis em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2023-06/taxa-de-analfabetismo-cai-no-brasil-e-passa-de-61-para-56>. Acesso em 29/12/2025.

### 3 METODOLOGIA

Conforme apresentado anteriormente, este artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de abordagem qualitativa de caráter bibliográfico. A coleta de dados foi realizada a partir de um mapeamento foi feito no Portal *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), no qual foi encontrado somente um trabalho com os termos-chave “infantilização e EJA” e “infantilização na Educação de Jovens e Adultos”. Nesse sentido, ampliamos a busca para o portal *Google Acadêmico*. As buscas foram desenvolvidas em março de 2025, garantindo a inclusão de estudos publicados até fevereiro de 2025.

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: trabalho em língua portuguesa, presença dos termos “infantilização” e “EJA” (ou “Educação de Jovens e Adultos”) no título ou no resumo. A busca no Google Acadêmico resultou em 32 registros, dos quais foram lidos os títulos e resumos, desses escolhemos 2, que tinham como foco a temática da infantilização da EJA para aprofundar nesta pesquisa.

**Quadro 1: Produções sobre infantilização da EJA publicadas no Google Acadêmico**

| Título do artigo                                                                                     | Autor(a)                        | Ano da publicação | Link do artigo                                                                                                                                          | Data da busca |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|-------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| Caprichem nas folhinhas: a infantilização das práticas pedagógicas e docência na EJA                 | REUS, M. B.                     | 2017              | <a href="https://books.scielo.org/id/3vrq5/pdf/rodrigues-9788538604723-06.pdf">https://books.scielo.org/id/3vrq5/pdf/rodrigues-9788538604723-06.pdf</a> | 20 jun 2025   |
| A infantilização das práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA: um olhar sobre a vivência do estágio | ALVES, Bruna Maiara de Oliveira | 2022              | <a href="https://periodico.suneal.emnuvens.com.br/intersecao/article/view/397">https://periodico.suneal.emnuvens.com.br/intersecao/article/view/397</a> | 12 mar 2025   |

**Fonte:** dados da pesquisa (2025).

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa parte do trabalho, apresentaremos os resultados de nossa pesquisa, discutindo sobre as contribuições de cada texto mapeado. Organizamos nossas reflexões a partir das principais argumentações produzidas pelos textos pesquisados, conforme descrito a seguir.

#### 4.1 Análise do texto de Reus

O texto “Caprichem nas folhinhas: a infantilização das práticas pedagógicas e docência na EJA”, de autoria de Reus (2017) apresenta como a escola, de modo geral, não considera os saberes prévios que os(as) estudantes da EJA possuem. Isso acontece, segundo a autora, quando o(a) professor não reconhece que o(a) aluno(a) da EJA é trabalhador(a), pai/mãe, cidadão e que, portanto, para que a escola faça sentido, é preciso articular o conteúdo escolar com a realidade que esse(a) aluno traz para as aulas. Nas palavras da autora:

para abordar os conteúdos em uma sala de EJA, não era possível somente “adequar” as atividades propostas para crianças, adaptando-as aos jovens e adultos, uma vez que a proposta da EJA, como modalidade de ensino, não é simplesmente uma adaptação das práticas escolares com crianças e adolescentes. Era necessário rever a funcionalidade da aprendizagem de determinados conteúdos em detrimento de outros, passando a enxergar os educandos como membros ativos no seu processo de aprendizagem e elencar saberes que influenciassem no seu cotidiano, auxiliando-os em sua vida (Reus, 2017, p. 118).

Outro ponto importante é o uso da linguagem, muitas vezes utilizada no diminutivo (“tarefinha”, “textinho” etc.), que infantiliza a prática pedagógica na EJA. Além disso, também se observa material didático infantilizado, pois é o mesmo utilizado nas aulas com as crianças. Isso, contudo, não é novo. Segundo Reus:

Durante a busca de referências que auxiliassem nos estudos a respeito da infantilização dos materiais disponibilizados aos jovens e adultos da EJA, surpreendemo-nos ao verificar que a infantilização, objeto de estudo nesse trabalho, já ocorre há muito tempo, conforme salienta Fávero (s.d., p. 6) quando relata os exercícios de uma cartilha que circulava no país e servia como recurso fundamental para a alfabetização dos jovens e adultos (Reus, 2019, p. 128).

A autora destaca, também, a falta de formação específica para a EJA, fato que observamos em nosso curso de Pedagogia da UFAL, que apenas a partir do Projeto Pedagógico do Curso, de 2019, a EJA passou a ser disciplina obrigatória do currículo. Sobre a formação, diz a autora:

Outro ponto relevante a destacar é a pouca abordagem dos temas referentes à educação de jovens e adultos nos cursos de licenciatura. Ainda são recorrentes falas como “adaptem aos jovens e adultos” conteúdos e materiais que são visivelmente destinados às crianças. Porém como adaptar materiais que contêm abelhinhas, sapinhos e personagens de desenhos infantis, além das histórias, todas com enredos fantasiosos e infantis, para estudantes jovens e adultos trabalhadores? (Reus, 2019, p. 135).

Em relação ao tema da EJA nos cursos de licenciatura, lembramos que em nosso curso, com exceção das disciplinas específicas de EJA, todas as disciplinas formam para a docência com crianças. Isso se reflete nas escolas, como diz Reus, a escola com seus

currículos conteudistas “está para além da memória do processo de escolarização do docente, ela se encontra presente nas escolas, instituindo regras e cristalizando ações, por vezes, pouco refletidas” (Reus, 2022, p. 8).

Algo que também podemos destacar sobre o nosso curso de Pedagogia é que, apesar do avanço de tornar obrigatórias as disciplinas de EJA, quem realmente tem mais contato com a modalidade são os alunos do turno noturno. Três dos quatro estágios que realizamos acontecem na EJA, enquanto os estágios dos alunos dos turnos da manhã e da tarde são em turmas com crianças. Isso influencia muito o olhar dos futuros professores sobre a EJA. A falta de contato acaba afastando os estudantes da graduação da modalidade e reduz o interesse por ela. A presença de pelo menos um estágio obrigatório em EJA nos currículos das licenciaturas é algo importante a ser considerado.

Além disso, uma formação mais específica para a EJA, com orientações sobre tipos de atividades, formas de planejar e práticas adequadas, ao invés de realizar a simples adaptação das atividades infantis, pode contribuir muito para melhorar o ensino na modalidade da EJA.

#### **4.2 Análise do texto de Alves**

O segundo trabalho que analisamos foi “A infantilização das práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA: um olhar sobre a vivência do estágio”, de Bruna Maiara de Oliveira Alves (2022). Trata-se de um relato de experiência do estágio, realizado pela autora. No trabalho, a autora também destaca a existência da infantilização das atividades pedagógicas desenvolvidas na EJA. De acordo com Alves (2022), para a oferta da EJA, “faz-se necessário que as práticas pedagógicas desenvolvidas sejam pensadas para atender as necessidades desses alunos que retornam à escola com uma visão de vida já formada” (Alves, 2022, p. 6).

O estudo menciona a falta de adaptação no planejamento e da metodologia voltada às aulas da EJA, mostrando um não reconhecimento das especificidades desse público, que é formado por trabalhadores(as). Esse ponto conversa diretamente com a falta de formação específica para a EJA. De acordo com a autora:

Muitas vezes a formação inicial de professores que atuam na EJA não lhes possibilitaram uma reflexão, nem um “preparo” para atuar neste tipo de modalidade, essa questão influenciará diretamente em sua prática, porém, o professor pode buscar meios de ir transformando a sua realidade. Para que o professor atuante na EJA consiga desempenhar um trabalho que desenvolva diversas habilidades em seus alunos, faz-se necessário conhecer quem são esses sujeitos (Alves, 2022, p. 7).

A autora defende uma formação docente específica para professores(as) da EJA. “É compreensível que a formação de professores para a EJA seja diferenciada, pois existem necessidades específicas pertinentes a esta modalidade de educação, apesar dessa necessidade

visível para formação de professores para EJA” (Alves, 2022, p. 8). Para Alves (2022):

Se com os alunos em idade escolar regular faz-se importante propor atividades que partam da realidade dos alunos, na EJA essa necessidade faz-se ainda mais importante, pois, isso influi diretamente na motivação e consequentemente na permanência deste aluno na escola (Alves, 2022, p. 8).

O texto é finalizado da seguinte forma “ressaltamos a importância de se planejar práticas pedagógicas que valorizem as vivências reais dos alunos da EJA, e ainda, que o ensino não seja infantilizado” (Alves, 2022, p. 14), lembrando a importância de considerar os saberes que alunos(as) da EJA trazem para a escola.

#### **4.3 O que os textos nos ajudam a refletir?**

Os dois textos trazem o tema da infantilização como importante para o debate sobre a EJA. Ambos destacam a importância da formação de professores(as) abordar a temática da EJA, preparando os(as) futuros(as) professores(as) para a atuação adequada junto ao público desta modalidade de ensino. As duas autoras defendem em suas pesquisas que a prática pedagógica na EJA não se trata de uma simples adaptação das atividades educativas desenvolvidas com crianças, mas um ensino que articule o conteúdo escolar aos saberes da vida cotidiana dos(as) alunos(as).

Verificamos, em nossa experiência, que no contexto dos alunos da EJA no povoado Pontal do Coruripe, a maioria são estudantes trabalhadores, ligados direta ou indiretamente na cadeia produtiva do artesanato e pesca. Estes(as) necessitam trabalhar duro durante o dia, e a noite tentam caminhar novamente em busca do conhecimento. Em nossa experiência vimos que se em sala de aula for feita uma questão matemática intermediária, os(as) educandos(as) talvez não consigam responder porque a pergunta é mais complexa do que estão acostumados a resolver em seus cotidianos. Mas, quando a pergunta parte da prática deles(as), por exemplo, qual a distância entre um ponto de costura e a alça de uma bolsa (produto artesanal feito com palha de Ouricuri). Ou, então, quantos pontos precisa fazer para chegar até uma determinada coluna, esses(as) educandos(as) conseguem responder, pois conseguem fazer correlações com seus contextos profissionais.

Do mesmo modo, observamos que os pescadores, boa parte não alfabetizados, são trabalhadores que, na escuridão da noite, saem de suas casas em direção ao mar alto. Apesar de não haver luz que os guie pelo caminho da maré, eles sabem como realizarão a ida e a volta pela noção de distância da costa até os locais essenciais de pesca. Esse conhecimento foi adquirido pela vivência, pois todos os dias repetiam essas atividades. Da mesma forma, consideramos que esses saberes precisam ser reconhecidos pela escola para que esses sujeitos

tenham oportunidade de aprender. Esses sujeitos da EJA trazem muitos conhecimentos: matemáticos, sociais, domínio da sua própria história territorial. E o sistema de ensino precisa considerar esses conhecimentos como parte do aprendizado para sala de aula.

Uma de nós atua, no momento, como professora da EJA. Nesse processo, vivenciamos muitas dificuldades, principalmente na elaboração dos planejamentos. Desde o início, mantivemos a preocupação de não infantilizar nossos(as) alunos(as). Essa preocupação se situa, sobretudo, por termos experiência na Educação Infantil. Assim, todas as nossas propostas pedagógicas na EJA foram pensadas a partir da realidade daqueles sujeitos trabalhadores(as), jovens, adultos(as) e idosos(as).

A escola em que trabalhamos fica em um interior do estado, banhado pela Lagoa Mundaú. A maioria de nossos(as) alunos(as) são pescadores e marisqueiras, que vivem da venda de peixes e de sururu. Mas também temos alunos(as) que são vendedores(as) ambulantes, consertam eletrônicos, arrumam relógios e vendem capas de celular, guarda-chuva, entre outros itens.

Pensando nessa realidade, buscamos levar atividades que façam sentido para eles(as). Um exemplo foi nas aulas de Matemática, em que ensinamos multiplicação utilizando os produtos que eles(as) vendem e os preços que cobram, o resultado foi excelente. Outro exemplo aconteceu quando os(as) ouvimos conversando sobre exames e idas ao posto de saúde do bairro. Aproveitamos o assunto como gancho para a aula de Ciências, na qual foi trabalhado o tema da saúde pública e o Sistema Único de Saúde (SUS). Nessa aula, ficamos surpresas com o fato de que muitos(as) não sabiam o significado da sigla. Depois da aula, compreenderam e aprenderam algo novo.

Ensinamos, também, a cada um(a) deles(as) a escrever o nome dos(as) filhos(as) e netos(as), algo que antes não conseguiam fazer. Hoje, temos alunos(as) que conseguem ler, formar frases e interpretar textos. Tudo isso foi possível porque o trabalho partiu da realidade deles(as), mostrando que, quando a escola considera os saberes de seus alunos(as), o ensino acontece de forma significativa e respeita as especificidades de cada um(a).

## **5 CONCLUSÕES**

Com este trabalho, percebemos que a infantilização das aulas na Educação de Jovens e Adultos é um reflexo de como a educação historicamente tem tratado essa modalidade. O que os trabalhos analisados apontam é que a EJA tem sido tratada como se fosse uma adaptação do ensino oferecido para as crianças, sem considerar a especificidade do público da EJA. A reprodução de materiais didáticos com imagens e atividades infantis, a formação de professores(as) que não é adequada, práticas pedagógicas descontextualizadas são alguns dos

pontos que os textos analisados destacam.

Os trabalhos mostram a falta de adaptação no planejamento e na metodologia das atividades voltadas para a EJA, sendo uma aplicação das tarefas e atividades educativas desenvolvidas com as crianças. Destacamos que isso também foi observado em nossos estágios em EJA, quando vimos tarefas com personagens de desenhos infantis nas atividades realizadas com os(as) alunos(as) da EJA.

Para nós, a compreensão de EJA como um direito humano, voltado às pessoas jovens e adultas, precisa ser ampliada e respeitada, tendo os sujeitos da EJA e os seus saberes valorizados. Assim, consideramos que é preciso que a EJA tenha: materiais didáticos próprios; ampliar a temática da EJA na formação docente, tanto inicial quanto continuada; valorização das experiências e dos conhecimentos cotidianos dos(as) alunos(as), integrando esses conhecimentos ao currículo. Acreditamos que esse tema deva ser ampliado e outros estudos sobre o tema precisam ser feitos. Esperamos que este trabalho contribua para ampliar o conhecimento sobre a área.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ALVES, Bruna Maiaria de Oliveira. A infantilização das práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA: um olhar sobre a vivência do estágio. **Revista Interseção**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 4–15, 2022. DOI: 10.48178/intersecao.v3i1.397. Disponível em: <https://periodicosuneal.emnuvens.com.br/intersecao/article/view/397>. Acesso em: 12 de Mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n.º 11/2000 – homologado. Despacho do Ministro de Estado da Educação, 7 jun. 2000. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 15, 9 jun. 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf). Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federativa do Brasil.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DI PIERRO, Maria Clara. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. Brasília: UNESCO, 2008.

DI PIERRO, Maria Clara. Tradições e concepções de Educação de Jovens e Adultos. In: CATELLI JR., Roberto (Org.). **Formação e práticas na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Ação Educativa, 2017. p. 9-21. Disponível em: [https://acaeducativa.org.br/wpcontent/uploads/2017/07/apresentacao\\_praticas\\_EJA.pdf](https://acaeducativa.org.br/wpcontent/uploads/2017/07/apresentacao_praticas_EJA.pdf).

DI PIERRO, Maria Clara; HADDAD, Sérgio. Transformações nas políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio–ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/q4xPMXVTQvQSYrPz9qQBCgN/>.

FIGUEIREDO, Renier. **Saberes da experiência na EJA: O conhecimento que a vida ensina e a escola precisa reconhecer**. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar, [S.I.], v.6, n.8, e686557, ago. 2025. Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/view/6557>. Acesso em: 10 de Out. 2025

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Educação Popular e educação ao longo da vida**. São Paulo: Cortez, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, jul. 2000.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. As interfaces educação popular e EJA: exigências de formação para a prática com esses grupos sociais. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 104-110, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/7334/5300>.

REUS, M. B. Caprichem nas folhinhas: a infantilização das práticas pedagógicas e docência na EJA. In: RODRIGUES, M. B. C.; ROCHA, F. M.; MASSENA, J. H. (org.). **Pesquisas e proposições pedagógico-curriculares na escolarização inicial da educação básica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 118–139. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/3vrq5/pdf/rodrigues-9788538604723-06.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025. doi:10.7476/9788538604723.